

DA *DECIFRAÇÃO*  
EM TEXTOS MEDIEVAIS

IV Colóquio da Secção Portuguesa  
da Associação Hispânica de Literatura Medieval

**Coordenação**

Ana Paiva Morais  
Teresa Araújo  
Rosário Santana Paixão



Edições Colibri

*Biblioteca Nacional - Catalogação na Publicação*

Coloquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval, 4, Lisboa, 2002

Da decifração de textos medievais / IV Coloquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval ; coord. Maria Teresa Alves de Araújo, Maria do Rosário Carmona E. S. Paixão, Ana Paiva Morais. - (Extra-colecção)

ISBN 972-772-425-6

I - Araújo, Maria Teresa Alves de, 1960-

II - Paixão, Maria do Rosário Carmona Esteves Santana, 1956-

III - Morais, Ana Paiva, 1956-

IV - Associação Hispânica de Literatura Medieval, Secção Portuguesa

CDU 821.134.2.09"04/14"

821.134.3.09"04/14"

821.133.1.09"04/14"

061.3

Título: Da *Decifração* em Textos Medievais  
*IV Colóquio da Secção Portuguesa*  
*da Associação Hispânica de Literatura Medieval*

Coordenação: Ana Paiva Morais, Teresa Araújo  
e Rosário Santana Paixão

Editor: Fernando Mão de Ferro

Capa: Ricardo Moita

Depósito legal n.º 201 330/03

Tiragem: 1.000 exemplares

Lisboa, Novembro de 2003

## AINDA SOBRE O MILAGRE DE OURIQUE

*Teresa Amado*

(Universidade de Lisboa)

O meu ponto de partida é uma referência de poucas linhas, incluída num registo memorialista originário do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, à aparição de Cristo a Afonso Henriques em Ourique momentos antes da batalha que aí teve lugar.

El Rey Dom Afonso primeiro Rey de purtugal Em lide E em campo veençeo . v . Rex mouros . s . em o campo dourique . / . Onde lhe appareceo noso Señor Ihesu Christo posto em cruz por cuja Semelhança do diujnall mjsterio pos en seu escudo as armas em cruz . / . as quaaes ora trazem os Rex de purtugal. E so este pendom E sinall da cruz que auante delle andaua Em todalas batalhas E escaramuças que emtraua elle era Vençedor. O quall Rey ante da dieta batalha se chamou Rey dos portugueses jectando fora os emfiees E poborando o rreino E terra dos bõos catollicos e fiees . / . E por onrra da Virtuosa cruz E mjsterio que lhe asy appareço fundou o moesteiro de Sancta Cruz. E por onrra da cruz escolleo em elle seer supultado.

Foi transcrito em *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (p.29). Na parte final, o anacronismo é manifesto, visto que a fundação do mosteiro ocorreu em 1132 e a batalha se deu em 1139, e não é menos evidente a intenção celebrativa que levou o escriba anónimo a cometê-lo, independentemente de ter ou não consciência disso, isto é, soubesse ou não a data da batalha. A notícia ocupa parte do verso de um fólio de um códice miscelâneo, onde também se encontra uma "Exposição da Regra de Santo Agostinho", um hino e o relato de um episódio da vida do mosteiro, na primeira parte, e dois outros escritos do mesmo santo e alguns textos litúrgicos, na segunda (BPMP n° 97, Santa Cruz 52; cf. *Catálogo*, pp. 245-250).

Em vários outros lugares do fundo historiográfico de Santa Cruz se refere a batalha de Ourique, como é natural dada a posição central que nele é conferida à história de Afonso Henriques, mas o episódio da aparição está presente apenas em dois deles, sendo um fonte directa do outro. Refiro-me a um "letreiro" escrito em pergaminho pregado numa tábua, que existiu sobre o túmulo do rei situado numa capela do mosteiro, e é anterior a 1429 mas não, ao que tudo indica, ao século XV; e à "arenga", directamente baseada neste documento e num outro de teor e função idênticos sobre Sancho I, proferida em 1451 por ocasião das festas que assinalaram o próximo casamento da infanta D. Leonor com o imperador Frederico III, a que Herculano chamou, na edição dos *Monumento*, 2. Crónica Breve. O letreiro não existe na sua forma original mas foi copiado, com uma epígrafe que o identifica, para o manuscrito quinzentista que também contém a *Crónica de Cinco Reis de Portugal* (uma das versões da *Crónica de Portugal de 1419*) e que Magalhães Basto editou na íntegra. O texto da arenga foi, depois da sua primeira edição oitocentista, incluído por António Cruz na colectânea referida acima.

O fólio em que se encontra o texto citado no início (44v), escrito a duas colunas, contém três textos diferentes, cada um de sua mão. Às últimas linhas da exposição da Regra, no alto da coluna da esquerda, segue-se o hino, que ocupa ainda o primeiro quarto da coluna da direita. O resto desta coluna está preenchida com a notícia sobre a batalha de Ourique. Se o primeiro destes textos termina com a declaração de que foi escrito "no anno da Era" de 1433 (ou seja, 1395), sendo a letra consentânea com esta data, a letra seguinte, sendo diferente, pode ser posterior, e a terceira, do texto que aqui me ocupa, é-o seguramente pois é sem dúvida a mais tardia, embora seja arriscado afirmar que provém do século XV ou do XVI. O aspecto do fólio faz pensar na intenção, da parte do último copista, de aproveitar espaço deixado livre pelos seus antecessores (note-se que, no *Catálogo*, páginas citadas, há erro de datação).

As duas ocorrências que costumam ser citadas como primeiras, da alusão ao acontecimento milagroso que passou a acompanhar, durante mais de cinco séculos, o relato da memorável batalha, são de 1416 (*Livro de Arautos* ou *De Ministerio Armorum*) e de 1419 (*Crónica de Portugal de 1419*). A primeira, muito breve e em narração diferida, diz: "E porque antes daquele combate, tal rei cristão vira numa aparição a Nosso Senhor Jesus Cristo com as cinco chagas" (em tradução de Aires Nascimento que editou o texto em latim e em português em 1977, citada no artigo do mesmo autor, "O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416", p. 367). A segunda faz parte do mais extenso, trabalhado e pormenorizado relato medieval da batalha, inserido no capítulo 14 da cró-

nica quatrocentista: "e asy como ele [el-rei] dise e deu testemunho em sua estória, vyo Noso Senhor Jhesu Christo em a cruz pela guysa que lh'o irmitom disera" (p.21).

Note-se que tanto uma como outra se encontram inseridas em trechos narrativos cujo âmbito temático as excede claramente, a do texto latino constituindo um excursão sobre a batalha que deu azo ao início da realeza de Afonso Henriques, primeiro rei do país que está a ser descrito pelo arauto, e a da crónica em português fazendo parte de um extenso episódio da história do reinado, que conta o mesmo facto militar. Pelo contrário, o relato do documento crúzio está isolado, memória a merecer registo pela importância irredutível do acontecimento que comemora. Considerando o facto de este insólito destaque ter sido feito num códice proveniente do mosteiro de Santa Cruz como factor supletivo de um quadro que se tem vindo a formar, do tratamento historiográfico dado a Afonso Henriques pelos monges crúzios, tentarei defender a possibilidade de que tenha partido do mosteiro a iniciativa de introduzir o milagre na história portuguesa. Começo, então, por reconstituir esse quadro.

Na transposição que a narrativa de 1419 sofreu para a chamada *Crónica de el-rei D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, este limitou-se, neste ponto, a acrescentar um pequeno comentário, algumas palavras na oração do "príncipe", como lhe chama, e a reportagem de um diálogo entre este e Cristo, que mistura argumentos de exaltação mística e nacionalista. A aparição propriamente dita é contada com estas palavras: "e segumdo elle [o príncipe] meesmo disse, e deu testemunho em sua estória, uiu nosso Senhor em cruz, na manera que dissera o jrmitam" (p.58). Note-se, no entanto, que no seu comentário Galvão escreve, um pouco atrás, que "ja amtes desto, ell tjnha feito e dotado com grande devaçam ho moesteiro de Samta Cruz de Coymbra, aa homrra da morte e payxam que nosso Senhor rreçeebo na cruz: pollo quall he de creer que lhe quis Deus assi appareçer" (*idem*, p. 57). Quer isto dizer que, mudando-lhe embora o contexto discursivo e a ordem dos factores, que aqui é restituída à sua realidade histórica, a mesma associação que aparece no texto crúzio entre a criação do mosteiro e a aparição é estabelecida na crónica de 1505. Esta excede o âmbito cronológico dos textos que seleccionei para estudo, mas interessa-me deixar apontado este indício de utilização desse texto mais antigo pelo autor quinhentista, cujos contornos espero poder analisar noutra oportunidade. Voltemos, então, ao texto de Santa Cruz citado de início.

Já há muito tempo que António José Saraiva tinha apresentado a hipótese de que o novo e extraordinário acontecimento incrustado na notícia da única grande batalha de cristãos chefiados por Afonso Henri-

ques contra exércitos mouros, o tivesse sido no período final do século XIV, quando o sentimento de independência e de orgulho nacionais face aos castelhanos e, por tabela, aos restantes reinos peninsulares ganhara um alento até então desconhecido (cf. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p.165). A fácil justificação desta ideia tornava-a persuasiva. No entanto, nunca foi reanalisada, que eu saiba, e muito menos objecto de qualquer tentativa de verificação.

Aires Nascimento, no artigo sobre o "Milagre de Ourique" publicado no *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, apelida-o, muito correctamente, de "motivo literário" e dá-o como existente "pelo menos desde a segunda metade do séc. XIV". Idêntica classificação retórica ficara já implícita na exaustiva e atenta análise feita por Lindley Cintra da evolução do relato da batalha de Ourique na historiografia medieval, quando ele chamara a atenção para a semelhança entre diversas peripécias e pequenos fragmentos textuais presentes na passagem em questão da crónica de 1419 e em vários trechos, quer em prosa quer em verso, da história do conde castelhano Fernão Gonçalves. Quanto à localização da sua origem no século XIV, também está no estudo de Cintra, que, supondo fazer o milagre parte do conteúdo de uma "estória" do primeiro rei a que a crónica quatrocentista repetidamente alude, procura reconstituir aquela enquanto fonte desta (cf. "Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique", e também *Crónica Geral de Espanha de 1344*, I, sobretudo pp. 351-395).

Tanto Aires Nascimento como Cintra são levados pelo alto grau de elaboração literária verificado na forma dada ao episódio nos textos que respectivamente estudam - o *Livro de Arautos* e a *Crónica de Portugal de 1419* - a conceber um texto produzido no século anterior que pela primeira vez o introduzisse naquele contexto narrativo. Através de considerações de ordem muito diferente, convergem assim para a mesma tese que Saraiva.

Sabe-se que a narrativa da batalha de Ourique junta, desde o início do século XIV (*Crónica de Vinte Reis* e documento dos freires da Ordem de Santiago de 1318-1319, citados no artigo de Cintra), à notícia do facto bélico a circunstância de este ter sido acompanhado pela aquisição por Afonso Henriques do estatuto de rei, e, a partir de meados do século (C. G. E. 1344), a de também lhe ser concomitante a instituição das armas reais. Tendo já atribuído a estes dois acrescentos à memória da batalha, assim com a várias outras componentes da história do fundador do reino, uma origem não erudita, isto é, tradicional, cuja transmissão teria em data e condições desconhecidas desembocado nas crónicas do século XIV que podemos hoje ler, Cintra constrói depois um novo modelo, mais

complexo, para integrar algumas novidades trazidas pela crónica de 1419, entre as quais avulta o episódio do milagre. Baseando-se nas insistentes alusões à "estória" citada como fonte, que há pouco mencionei, concebe-a como a obra de um autor, desta vez plenamente consciente dos meios que utiliza e das razões que o movem para conferir ao texto uma dimensão mais fantástica (ou lendária) e ao seu herói um valor mais transcendente. Admite mesmo que ela correspondesse à descrição avançada na crónica, de relato feito pelo próprio rei, à semelhança da narrativa da conquista de Santarém do século XII que se apresenta com essa forma, e que parece ter sido também escrita em Santa Cruz de Coimbra, embora a conheçamos pela cópia conservada em Alcobça. Este último elemento não é, porém, central na sua proposta (cf. artigo citado abaixo).

Embora discordando entre si em vários aspectos mais ou menos importantes de interpretação, tanto Cintra, como Diego Catalán, como José Mattoso concordam em dois pontos fundamentais: por um lado, a coexistência bastante precoce de uma corrente de inspiração popular, que recorre a processos e tópicos característicos da lenda, e de um discurso de verdadeira intenção memorialista, nos sucessivos ensaios de narrativa do primeiro reinado da monarquia portuguesa; por outro, a importância da actividade historiográfica, primeiro meramente analística, e depois, por impulso dos interesses da própria instituição, cada vez com objectivos narrativos mais ambiciosos, dos monges do mosteiro de Santa Cruz, quer para a história de Portugal, em geral, quer, em particular, para a do seu fundador. Dos três, Cintra, por ter estudado todas as crónicas que interessam a ambas, é quem vai mais longe, considerando os anais cruzados responsáveis, nomeadamente, pela entrada de Ourique na tradição histórica posterior com o relevo potencial que se viria a desenvolver, produzindo, pode-se acrescentar, um dos casos mais desmesurados da historiografia portuguesa.

Omito de propósito qualquer referência específica, nesta síntese, à famosa "Gesta de Afonso Henriques", lançada e calorosamente defendida por Saraiva e por Cintra, confiadamente adoptada por Mattoso, e creio que não mais do que tibiamente recebida por Catalán, que me parece preferir-lhe a ideia de uma lenda em prosa já mesmo em 1962 (cf. *De Afonso X al conde de Barcelos*, pp.221-275), visto que usa sempre, para designar essa fonte, apenas o termo "leyenda", ou "leyenda tradicional", sem se referir a uma forma poética, e só a duas páginas do fim do trecho indicado, por duas vezes chama ao seu autor "juglar". O próprio Cintra teve ainda tempo de começar a evoluir noutro sentido, como sobretudo se nota no seu último trabalho sobre o assunto, "A lenda de Afonso I, rei de Portugal", de 1989, e julgo perceber que hoje em dia a fantasia está entre

os estudiosos saudavelmente a dar lugar ao interesse crescente pelo muito que os textos tal como existem têm ainda para dizer.

Remeto-me ainda àquele artigo de Cintra e ao muito interessante estudo de Mattoso intitulado "A realeza de Afonso Henriques" (*Fragmentos de uma composição medieval*, pp. 213-232) para assinalar a divergência acentuada de perspectivas que neles transparece, de acordo com os temas e caminhos que mais importam a cada um, e que apontam, por sua vez, duas vias possíveis de aprofundamento da compreensão dos textos. Ao contrário do que fora a tendência nos inventários anteriores do conteúdo lendário das histórias do rei, Mattoso resgata a possibilidade de uma historicidade autêntica subjacente à relação que cedo se vê estabelecida entre a grande batalha e a assunção da realeza, apoiando-se numa verosímil predominância da componente guerreira neste conceito, tal como parece confirmá-lo a realidade das monarquias ibéricas medievais. Na mesma lógica, atribui sentido à descrição das armas relacionada com o acontecimento bélico, interpretando-a como símbolo do valor que tinha o escudo como insígnia do chefe guerreiro. Por seu lado, Cintra recolhe, na sua leitura nova dos textos, indícios de uma outra lenda, esta agora de natureza religiosa e monástica, "provavelmente nascida e desenvolvida no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra", deixando no ar a eventualidade de uma futura apresentação e defesa desta hipótese, que não chegou, contudo, a fazer.

É precisamente com a ideia assim esboçada que vem encontrar-se o itinerário de leitura dos textos crúzios que me foi sugerido por uma combinação da generalidade dos dados reunidos pelos autores que tenho vindo a citar com o teor do texto do códice 52 de Santa Cruz. Os elementos que nele relevo como outros tantos sinais a marcar o tal itinerário são os seguintes: a cruz em que Cristo apareceu determinou a disposição das armas no escudo (e de nenhuma outra característica destas se fala, ao contrário do que se passa em todas as crónicas dos séculos XIV e XV que contêm o episódio) e inspirou também a fundação do mosteiro; as armas do primeiro rei foram as armas de todos os reis, ou seja, ali teve origem o reino; a afirmação de que Afonso Henriques foi, como rei, guerreiro invencível precede a de que se tornou ("se chamou") rei antes da batalha (tornando-se evidente o apoio que as teses de Mattoso aqui encontrariam); o primeiro rei foi inimigo feroz dos infiéis e amigo dos bons cristãos. Todos estes temas acompanham a biografia e a caracterização da personagem do rei herói nas suas várias versões, constituindo este pequeno trecho uma espécie de epítome do seu retrato como guerreiro e como homem religioso.

Outros atributos que nesta última categoria foi ganhando, como generosidade na esmola, piedade, fundação de numerosas casas religiosas, podem considerar-se implicadas no que ali está escrito. Paralelamente, a minúcia descritiva e interpretativa da composição das armas reais que se manifesta a partir da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (e não da 4ª Crónica Breve, em que terá sido interpolação tardia, segundo Cintra), pode entender-se como a amplificação etiológica de uma ideia primitiva fundamental que faz desses elementos representação de episódios da vida de Cristo, ou da vida do herói já por sua vez repetindo místicamente aqueles. Na base deste processo de sucessivos planos de representação, tipicamente medieval, está, como se vê, a mesma relação que o texto de partida deste trabalho exprime em termos lacónicos e essenciais: "... Ihesu Christo posto em cruz por cuja Semelhança do diuinall mjstetio pos en seu escudo as armas em cruz".

Merece consenso, como disse atrás, o juízo acerca do contributo superior e determinante que os monges crúzios deram para uma história da monarquia desde a sua fundação. Desde logo, não se deveu certamente ao acaso que um fragmento com os mais antigos anais portugueses, redigidos pelos beneditinos de Santo Tirso, fosse copiado em Santa Cruz nos primeiros anos da sua existência. A conservação da memória do passado pela escrita prosseguiu, e manteve-se como uma das práticas distintivas do mosteiro. Interessante é verificar que na continuação daqueles anais ali realizada, se distingue no conjunto um grupo de entradas em que é protagonista Afonso Henriques, cujo objectivo encomiástico não podia ser mais claro e em que é dada proeminência à grande batalha contra os mouros. Foi redigida logo a seguir à sua morte essa homenagem ao fundador e indefectível protector, e o modo discursivo de o tratar ficou desde então fixado. Aí se encontra o mais hiperbólico dos retratos medievais que dele se escreveram, que o diz "vir armis strenuus, lingua eruditus, prudentissimus in operibus suis, clarus ingenio", "totus in fide Christi Catholicus", etc ("*Chronica Gothorum*", *Fontes Medievais*, p. 28: homem valoroso nas armas, sabedor da língua, prudentíssimo nas suas obras, de espírito esclarecido, totalmente católico na fé de Cristo).

Escrito no fim do século XV mas visivelmente copiando em parte texto mais antigo, como se depreende das menções de Ourique sem alusão ao milagre e do uso da era de César, e inserido no códice conhecido por *Livro das Lembranças*, está outro conjunto de memórias miscelâneas e cronologicamente desordenadas que se estendem desde a criação do mundo até 1471 e a que Herculano chamou I Crónica Breve. Aí se prossegue no mesmo tom sempre que se trata do período em que reinou Afonso I. Por outras palavras, continuam a ser desfiadas as suas vitórias

sobre os mouros, acentuam-se todos os favores que concedeu a Santa Cruz, além de se registarem outras notícias da vida do mosteiro, e, pela primeira vez, dá-se um espaço considerável à sua acção como fundador de outras instituições religiosas e como protector dos pobres.

Tal como parece quase certo que esta série de apontamentos prove-nha em larga parte dos anais e memorias do século XII, não parece menos provável que tenham derivado das mesmas fontes alguns trechos da chamada 4ª Crónica Breve, que finalmente encadeia em narrativa, além de episodios de uma tradição popular, muita dessa informação desarticulada mas preciosa. Relativamente a este texto, Diego Catalán foi bastante persuasivo ao propor que se visse nele um fragmento - a parte relativa à história portuguesa - de uma perdida "Crónica portuguesa de Espanha e Portugal", a primeira, aparentemente escrita no princípio da década de 40 do século XIV (mas talvez o tenha sido um pouco antes). Hoje apenas se pode ler na cópia quatrocentista que se encontra, como todos os textos que Herculano classificou de Crónicas Breves de Santa Cruz, no já citado *Livro das Lembranças*. Se resulta notória, na 4ª, a primazia concedida à história do primeiro rei sobre as dos restantes, na 3ª, que a utiliza abundantemente, essa parcialidade extrema-se ainda mais, pois é esse o assunto que ocupa exclusivamente os capítulos que compõem o extracto da *Crónica Geral de Espanha de 1344* que ela representa.

Assim, estes dois textos, de autoria exterior ao mosteiro mas devedores da sua produção memorialista, atraíram o interesse dos seus copistas como peças valiosas da historiografia do fundador, mesmo se com eles se introduziram nesse lugar de veneração do rei-herói animado por um fervor de cruzada e de missão católica, aspectos da sua biografia e facetas do seu carácter que só razões de natureza muito diferente podem ter levado a admirar (é o caso da prisão de D. Teresa e lançamento por esta da maldição que mais tarde se realiza no desastre de Badajoz, da história do bispo negro, etc).

É nesta dualidade de visão que acabou por configurar a intensa e emocionante personalidade do rei a quem Cristo apareceu que quero enraizar a minha conclusão, tirando todas as consequências da existência de duas ordens de motivações, de ritmos e de valores que se reflectem na sua história, e da dupla proveniência que é forçoso reconhecer-lhes.

No texto do "Iteireiro" do princípio do século XV que durante algum tempo encimou o túmulo de Afonso Henriques no mosteiro de Santa Cruz, onde deve ter sido redigido, ou, se não, pelo menos sem reservas aprovado, lê-se na frase que dá notícia da batalha travada "no câpo dourique", que ao rei "apareceu jesu xpõ em Cruz por cujo diuinal misterio

pos em seu escudo as armas que ora trazem os reis de Portugal" ("Capítulos soltos)", *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, pp. 223-224) . A semelhança com o texto por que comecei é flagrante, retomando-se neste a fórmula que reconduz o rei, no momento do seu grande feito, à identificação com o símbolo mais puro e mais duro do cristianismo.

Alguém, no mosteiro, cerca de um século depois de a ideia aparecer pela primeira vez (em fins do século XIV, como parece cada vez mais aconselhável admitir), preencheu um espaço deixado livre num fólio de um códice ali manuscrito com uma notícia que é uma hipercelebração do acontecimento e que, subindo da letra ao mistério, explora até à redundância toda uma escala de virtualidades semânticas e simbólicas da cruz - evoca o mistério, assegura protecção, define um destino, estimula a fundação duma nova comunidade de devotos, é modelo iconográfico - na qual recebe destaque a dedicação do mosteiro. Como se quisesse fixá-lo na sua forma mais venerável. O mosteiro de Santa Cruz é, por outro lado, o lugar em que se originaram as mais decisivas contribuições anteriores para formar a imagem de um príncipe de piedade irrepreensível e edificante. Se Cintra entrevia uma lenda "nascida e desenvolvida no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra", é possível que estejamos aqui perante o seu ponto mais agudo.

Não me parece sensato esperar que apareça alguma vez um testemunho da narrativa original do milagre. Mas talvez, pelo menos, esteja ao nosso alcance conhecer o lugar onde nasceu.\*

### Referências bibliográficas:

- Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. e introdução de António Cruz, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968.
- Catálogo dos códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Municipal do Porto*, coord. Aires Augusto Nascimento e José Francisco Meirinhos, Biblioteca Municipal do Porto, 1997.
- Crónica de Cinco Reis de Portugal*, edição diplomática de A. de Magalhães Basto, Porto, Civilização, 1945.
- Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica de Luis F. Lindley Cintra, I, I.N.C.M., 1983 (1951).
- Crónica de Portugal de 1419*, edição crítica de Adelino de Almeida Calado, Universidade de Aveiro, 1998.
- Diego Catalán, *De Alfonso X al conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962.

\* Algumas conclusões sobre a data do manuscrito que contém o texto destacado, a que cheguei já depois do colóquio, obrigaram-me a alterar o texto que então apresentei, concretamente dando um carácter bastante mais dubitativo à hipótese formulada.

- Luis Filipe Lindley Cintra, "Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)", *Revista da Faculdade de Letras*, (Lisboa), III série, 1, 1957 (pp.168-215).  
 , "A lenda de Afonso I, rei de Portugal (origens e evolução)", *Revista do ICALP*, (Lisboa), n.os 16-17, 1989 (pp.64-78).  
 , *Fontes Medievais da História de Portugal*, selecção, prefácio e notas de Alfredo Pimenta, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 2ª ed., 1982 (1946).
- Duarte Galvão, *Crónica de el-rei D. Afonso Henriques*, [texto fixado por Tomás da Fonseca], I.N.C.M., 1995.  
 , *Livro de Arazos*, edição crítica e tradução de Aires A. Nascimento, Lisboa, 1977.
- José Mattoso, *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987.
- Aires A. Nascimento, "O milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416", *Revista da Faculdade de Letras*, (Lisboa), IV série, nº2, 1978 (pp.365-374).  
 , "Milagre de Ourique", *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, 1993.
- António José Saraiva, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 1988.